

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Outubro de 2023

SUMÁRIO

RESUMO	2
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	4
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	10
METODOLOGIA.....	12

RESUMO

Em outubro, a pesquisa mensal de endividamento e inadimplência do consumidor para Santa Catarina (PEIC) aponta crescimento dos três principais indicadores no estado. O percentual de famílias catarinenses endividadas subiu 1,0% e alcançou o nível dos 78,5%, o segundo maior percentual do ano, inferior apenas ao de julho (79,1%). Com a elevação de 0,8 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês, o endividamento estadual registra uma escalada de 13,4 p.p. ao longo deste ano.

Comparativamente, o nível do endividamento em Santa Catarina é superior ao nacional (76,9%). Porém, em relação as trajetórias do índice no estado e no País não há proximidades. Visto que no cenário nacional o percentual de famílias endividadas pouco variou ao longo dos meses deste ano, 1,1 p.p., chegando a sair dos 78,0% em dezembro de 2022 para os 76,9% em outubro de 2023

A taxa de inadimplência em Santa Catarina continua em nível bastante elevada e considerado preocupante em outubro, ao registrar os 30,1%. O indicador apresentou crescimento de 0,2% após cravar os 30,0% em setembro. Não obstante, tenha ficado ligeiramente abaixo do nacional (29,7%) em outubro.

O terceiro indicador principal da PEIC, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, também voltou a crescer na passagem do mês e atingiu os 14,5%, patamar elevadíssimo e que não era registrado desde junho de 2010 (15,8%). O crescimento de 2,8% é o segundo consecutivo e, em termos percentuais é o maior dentre os três indicadores em outubro. Com isso, permanece o sinal de deterioração da capacidade de consumo das famílias catarinenses. No mais, assim como no endividamento, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas contas no mês de outubro em Santa Catarina é superior ao do Brasil (13,0%), o qual também se encontra em nível elevado.

Importante ressaltar que o avanço das taxas de endividamento, inadimplência e de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas em setembro mostra-se como um sinal negativo e pode indicar a possibilidade de que as famílias catarinenses não tenham sido plenamente contempladas pelo Desenrola, o programa de renegociação de dívidas do Governo Federal. As razões pelas quais isso pode ter ocorrido são muitas, desde a ilegibilidade do cidadão por não se cumprir os requisitos exigidos pelo Programa até mesmo a recusa no ingresso do Programa por motivo de protesto e/ou desconhecimento.

Outro indicador que corrobora o exposto é a análise da percepção de endividamento uma vez que 63,6%, das famílias estão em situação de pouco endividamento ou não possuem dívidas desse tipo. O resultado mostra uma queda de 0,2 p.p. frente ao de setembro (63,8%). E, nesta toada, ainda se observa que o grupo dos que “não tem dívidas desse tipo” apresentou a maior queda na passagem do mês, -1,4 p.p., e passou a representar 21,0% das famílias.

Em relação ao comprometimento de parcela da renda com a dívida o indicador apresentou a décima melhora marginal e continua em padrão considerado moderado. 30,4% da renda das famílias endividadas foram destinados ao pagamento de dívidas em outubro. Dentre os endividados, 52,7% declararam comprometer entre 11% e 50% do orçamento com as dívidas, crescimento de 3,8 p.p. frente setembro; 23,2% estão com mais de 50% do orçamento exposto às dívidas, nível -3,0 p.p. menor do que o do mês anterior; e 22,6% empenharam menos de 10% nesses compromissos, este percentual caiu 0,6 p.p. na passagem do mês.

O tempo médio de comprometimento com a dívida manteve-se em 7,4 meses em outubro, mesmo patamar de maio e de setembro. Assim, o indicador permanece acima do nível do pré-crise (6,6 meses em fev./20) e sugere a existência de um comportamento prudencial do consumidor catarinense em relação ao período em que ficará comprometido com as dívidas atuais. No mais, vale destacar que o percentual de famílias que se comprometeram com dívidas por mais de 1 ano (37,5%) diminuiu -1,7 p.p., enquanto os que se comprometeram entre 6 meses e 1 ano (18,8%) aumentou 2,0 p.p.

Em relação ao tipo de dívida, pelo segundo mês consecutivo, a alta mais relevante ocorreu nos carnês, 2,0 p.p., levando-o ao patamar dos 32,4%. Tal movimento, pode estar associado a uma estratégia mais agressiva das empresas que prestam serviços financeiros ao varejo. Entre as quedas, o campeão foi o cartão de crédito, -1,7 p.p. Ainda que pese esta sexta redução consecutiva, o cartão de crédito segue liderando a preferência do consumidor catarinense com 79,2%, nível próximo ao de dezembro de 2022 (78,9%).

Famílias Endividadas em Santa Catarina em Outubro

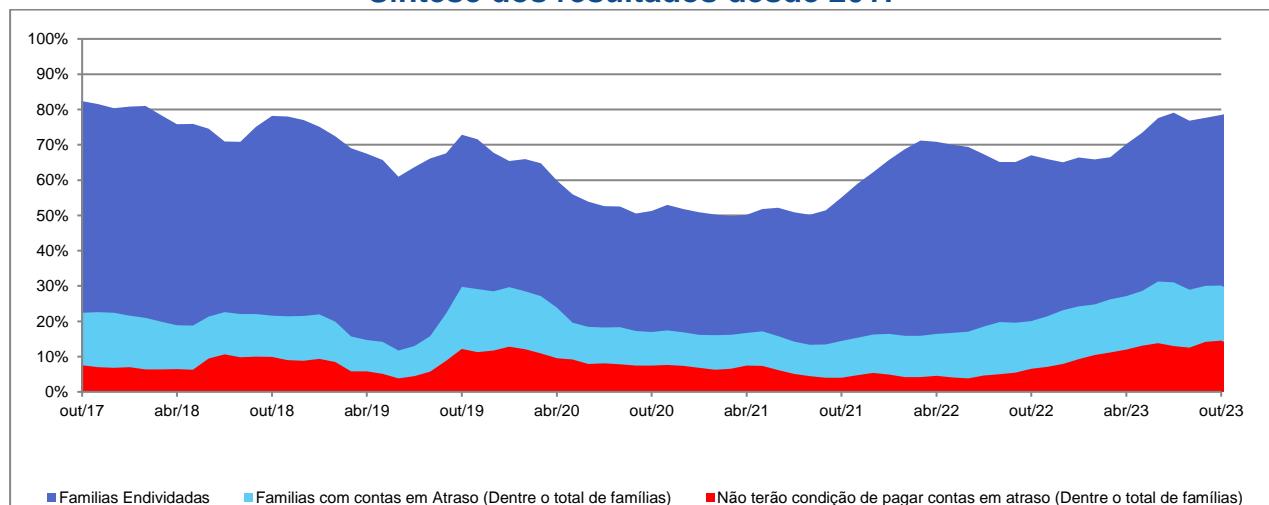
Situação das famílias	Meses			
	fev/20	Out/22	Set/23	Out/23
Total de endividadas	66,0%	67,0%	77,6%	78,5%
Dívidas ou contas em atraso	28,5%	20,1%	30,0%	30,1%
Não terão condições de pagar	12,1%	6,5%	14,1%	14,5%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

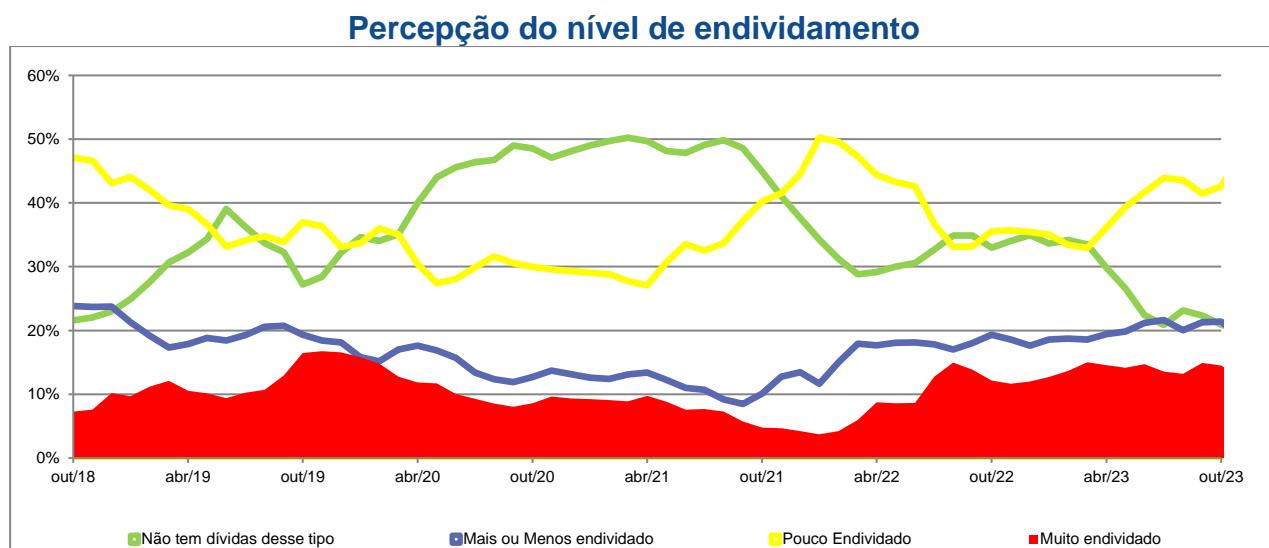
A taxa de endividamento das famílias catarinenses caiu subiu 1,0%, frente ao resultado de setembro, e atingiu o patamar dos 78,5% em outubro, segundo maior nível do ano e inferior apenas ao de julho (79,1%). A elevação de 0,8 p.p. é a oitava contabilizada em 2023 e a segunda consecutiva. Ao longo deste ano, a taxa de endividamento no estado regista uma escalada de 13,4 p.p. Além disso, o resultado encontra-se 11,4 p.p acima do de outubro de 2022 (67,0%) e ainda é 12,5 p.p. maior do que o do período pré-pandemia (66,0%), em fevereiro de 2020.

A indefinição de uma trajetória para o índice de endividamento pode ser explicada por conta do ambiente hostil para o financiamento de bens/serviços, sobretudo, pela combinação de inflação alta e persistente, sobretudo, em segmentos do setor de serviços, associados à taxa de juros em patamar ainda considerado alto e crédito caro. Adicionalmente, pode-se também incluir no rol de fatores que contribuíram para a não determinação de trajetória para o endividamento no estado de Santa Catarina, um possível impacto diminuto do programa do Governo Federal para a renegociação de dívidas das pessoas físicas, popularmente, conhecido como Desenrola. Isso porque, ao contrário do que ocorreu em grande parte do Brasil, não se pode descartar a possibilidade de que as famílias catarinenses não tenham sido plenamente contempladas pelo Desenrola. No entanto, as razões pelas quais isso pode ter ocorrido são muitas, desde a ilegibilidade do cidadão por não se cumprir os requisitos exigidos pelo Programa até mesmo a recusa no ingresso do Programa por motivo de protesto e/ou desconhecimento.

Síntese dos resultados desde 2017



A percepção do nível de endividamento propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. Convém lembrar que com a pandemia, devido a cautela e a insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Esse cenário começou a ser modificado em 2022 com um ciclo de elevação na taxa de endividamentos de forma persistente. Esse ciclo de alta foi suficiente para elevar o índice aos patamares anteriores à crise, quando a taxa média de endividamento foi de 68,3% em 2019 e de 76,4% em 2018. Agora, em 2023, esta taxa média encontra-se em 73,2%.



Há certa estabilidade no controle do orçamento familiar. O grupo dos “muito endividado” caiu 0,4 p.p. e alcançou 14,5%, mesmo movimento do “não tem dívidas desse tipo” que recuou -1,4 p.p. e contabilizando 21,0%. Em direção oposta, o grupo dos “pouco endividado” aumentou 1,2 p.p. e atingiu 42,6%, ao passo que o “mais ou menos endividado”, subiu 0,1 p.p. e marcou os 21,4%. Ainda é interessante observar que 63,6% das famílias catarinenses encontram-se em certa situação de equilíbrio financeiro ao estarem pouco endividadas ou não possuírem dívidas desse tipo, uma ligeira contração de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior (63,8%).

Percepção do nível de endividamento				
Categoria	Fev/20	Out/22	Set/23	Out/23
Muito endividado	14,8%	12,1%	14,9%	14,5%
Mais ou menos endividado	15,2%	19,3%	21,3%	21,4%
Pouco endividado	36,0%	35,6%	41,4%	42,6%
Não tem dívidas desse tipo	34,0%	33,0%	22,4%	21,0%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%

Dentre os diversos tipos de dívidas dos catarinenses, quatro das categorias pesquisadas apresentaram perda de participação relativa em outubro: cartão de crédito (-2,1 p.p.) que cai pelo sexto mês consecutivo, financiamento de carro (-4,6 p.p.), financiamento de casa (-1,0 p.p.) e cheque pré-datado (-0,5 p.p.). Em sentido oposto, as outras cinco categorias apresentaram aumento de participação: crédito consignado (4,6 p.p.), crédito pessoal (3,4 p.p.), carnês (2,7 p.p.), cheque especial (2,1 p.p.) e outras dívidas (1,1 p.p.).

Em termos de participação relativa o cartão de crédito continua sendo o principal agente de endividamento dos consumidores catarinenses em outubro e alcança 79,2% dos endividados. Na comparação com igual período do ano anterior, há recuo de 2,1 p.p. Após o pico de abril (89,6%), já foram seis quedas consecutivas neste percentual. Ao se comparar os grupos de renda, em ambas, o cartão de crédito é o principal tipo de dívida e também reduziu a participação. Assim as faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes, e alcançam 80,3% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 75,5% para renda superior a 10 salários mínimos. Assim, os recuos em relação a setembro foram de -0,5 p.p. e -6,0 p.p., respectivamente.

Os carnês são apontados por 32,4% dos entrevistados e é o segundo maior tipo de dívida entre as famílias endividadas. O resultado é -2,7 p.p. inferior ao de outubro de 2022 e sucede um avanço de 2,5 p.p. em setembro. Dentre os que possuem rendimentos mensais até 10 SM, a percentagem aumentou 2,1 p.p. e atingiu 37,1% e, entre os mais ricos ela cresceu 1,3 p.p. e foi para 16,1%.

Em terceiro lugar, o crédito pessoal que ganhou 1,8 p.p. na passagem do mês e outubro tem 14,8% de participação. Na comparação anual há crescimento de 3,4 p.p. A modalidade é mais utilizada entre as famílias menos abastadas (16,3%), onde o avanço foi de 1,9 p.p., do que entre as mais ricas (9,8%), onde a elevação foi de 1,6 p.p. no mês a mês.

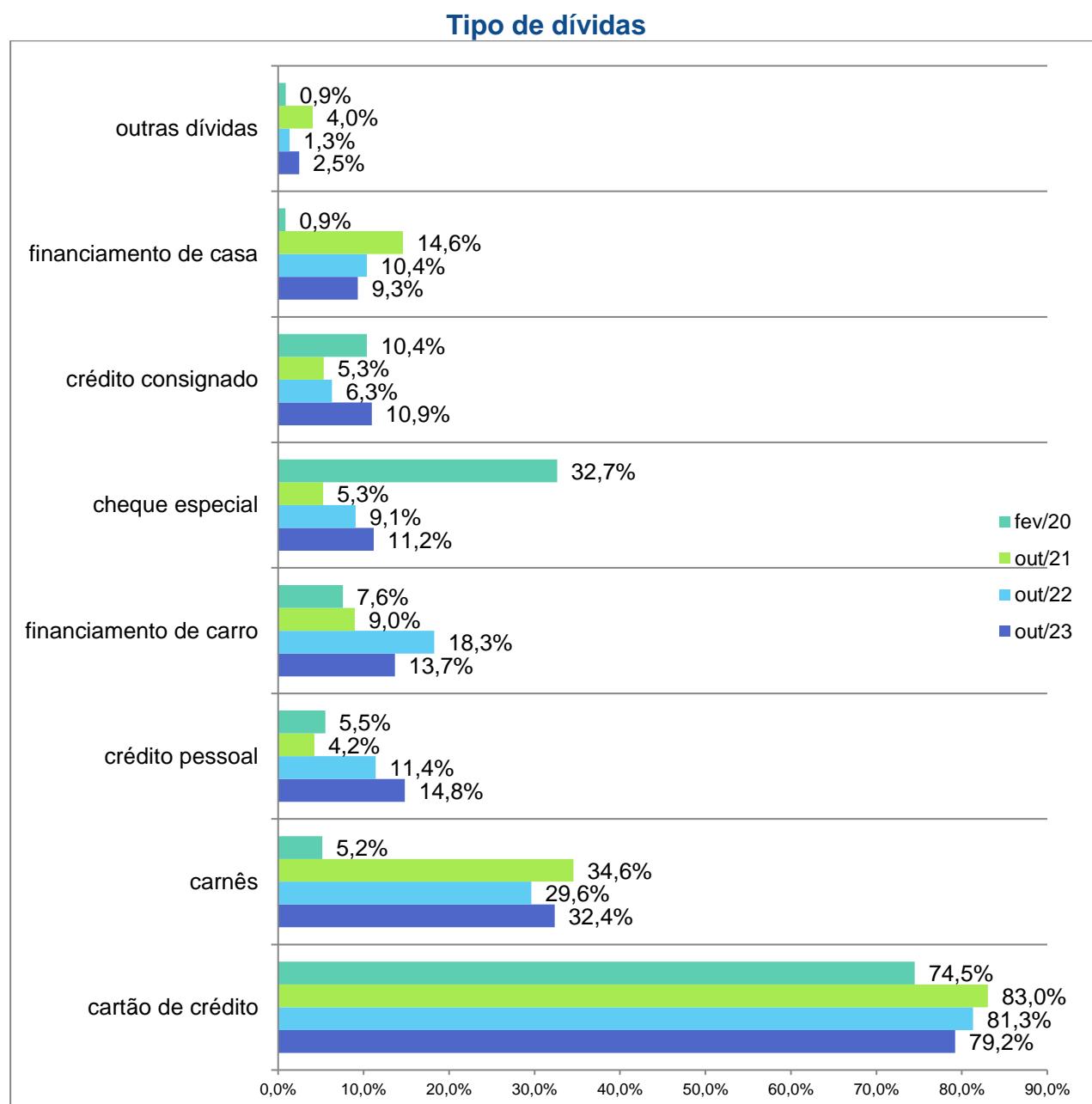
No quarto lugar, o financiamento de carro é usado por 13,7% dos entrevistados e, na comparação com outubro de 2022 (18,3%), a participação deste financiamento recuou -4,6 p.p. Importante destacar que a modalidade é mais utilizada pela população mais rica (18,9%) do que pela de menor renda (12,2%). Ademais, na faixa de renda até 10 SM o crescimento na passagem de mês foi de 0,7 p.p., enquanto na acima de 10 SM foi de 3,3 p.p.

Em quinto lugar, figura o cheque especial com 11,2% dos entrevistados, resultado 2,1 p.p. acima do de outubro do ano passado. Por sua principal característica de ser uma “renda emergencial”, chama a atenção o fato da modalidade estar mais popular entre a faixa de maior renda (12,3%) do que entre a de menor rendimento (10,8%), além de, na passagem do mês, crescer em ambas as classes, 1,5 p.p.e 0,5 p.p., respectivamente.

O crédito consignado ocupa a sexta posição com 10,9%, um aumento de 4,6 p.p. na comparação com outubro de 2022. Esta modalidade representa 11,7% das dívidas de famílias menos abastadas, percentual 0,3 p.p. acima do

de setembro, enquanto entre as famílias mais ricas a participação é de 8,4%, alta de 2,5 p.p.

Finalmente, o financiamento de casa aparece em sétimo lugar entre os principais tipos de dívidas do catarinense com 9,3%, -1,0 p.p. do que o apurado em outubro de 2022. A modalidade é muito mais usual entre as famílias de maior renda (20,3%) do que entre as menos abastadas (6,2%). Porém, chama atenção que na passagem do mês registrou-se movimentos opostos entre as classes, 0,3 p.p. na primeira e -0,3 p.p. na segunda.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

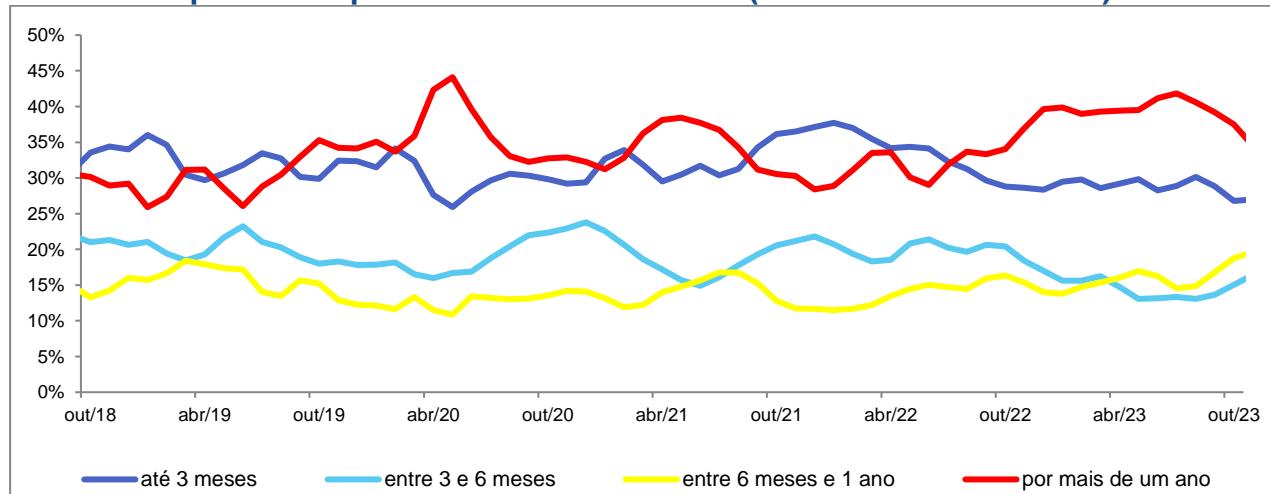
O tempo de comprometimento com a dívida permanece acima do patamar pré-crise (6,6 em fev./20), ao permanecer em 7,4 meses pelo segundo mês seguido em outubro de 2023. Aliás, desde março de 2023 que o tempo médio em meses está oscilando entre 7,3 e 7,5. Portanto, após a pandemia, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

O comprometimento acima de 1 ano caiu 1,7 p.p. e registrou 37,5% em outubro. Esse patamar também é o menor desde novembro de 2022 (36,9%), mas superior ao registrado em fevereiro de 2020 (33,7%). Na outra ponta, o comprometimento da renda por até 3 meses recuou 2,0 p.p., após flutuar na casa dos 29,0% entre dezembro de 2022 e setembro (28,8%) e agora alcançou os 26,8%, patamar inferior ao de fevereiro de 2020 (34,1%).

Tempo de comprometimento com dívida (entre os endividados)	Fev/20	Out/22	Set/23	Out/23
até 3 meses	34,1%	28,8%	28,8%	26,8%
entre 3 e 6 meses	18,2%	20,4%	13,6%	15,0%
entre 6 meses e 1 ano	11,6%	16,3%	16,8%	18,8%
por mais de um ano	33,7%	34,0%	39,2%	37,5%
Não sabe / Não respondeu	2,4%	0,4%	1,5%	1,9%
Tempo médio em meses	6,6	6,9	7,4	7,4

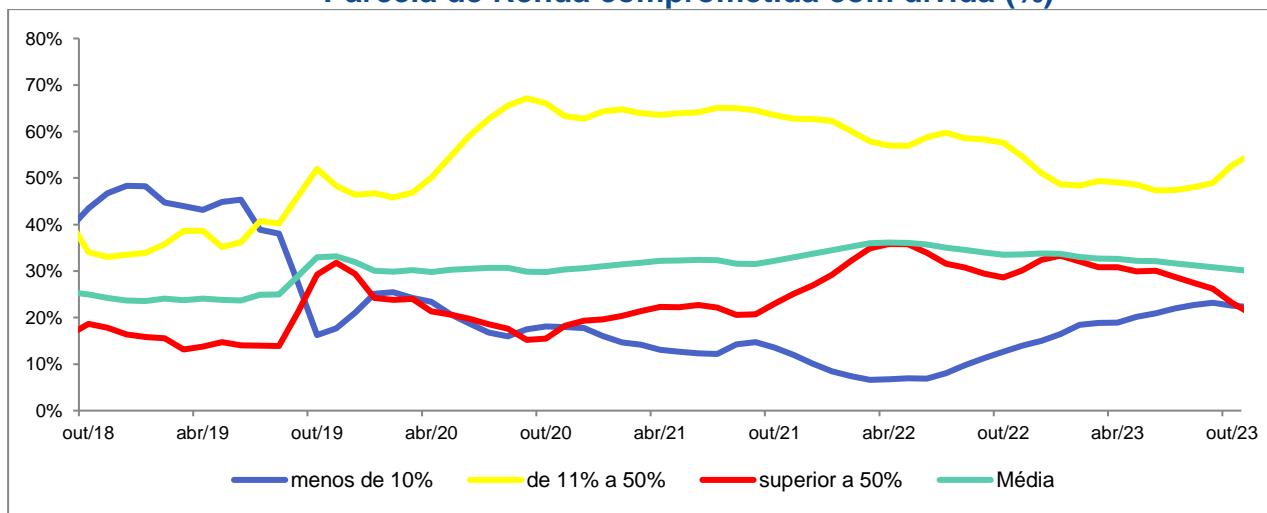
Ainda é interessante observar que o comprometimento da dívida por mais de um ano voltou a crescer em junho de 2022 (29,0%) e até o mês de julho de 2023 tinha apresentado clara trajetória ascendente. Essa situação inverteu-se em agosto com a queda de -1,3 p.p. e manteve-se invertida agora ao contrair-se -1,7 p.p. e alcançando os 37,5% em outubro. Por outro lado, o comprometimento da dívida entre 3 e 6 meses demonstrou trajetória decrescente desde outubro de 2022 (20,4%) estabilizando no nível dos 13,0% de maio para cá até subir 1,4 p.p. e registrar os 15,0% em outubro.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



A média da parcela de renda comprometida com o pagamento da dívida continua apresentando um decrescimento gradual ao longo do ano. Em janeiro 33,7% da renda estava comprometida com a dívida e agora, em outubro, esse percentual é de 30,4%. Não obstante, na passagem do mês o recuo foi de -0,5 p.p. Com esse resultado, o índice é o menor desde janeiro de 2021 (31,0%), porém, superior ao do período pré-pandemia em fevereiro de 2020 (29,9%). Em contraste, o comprometimento de 11% a 50% da renda com a dívida apresentou crescimento de 3,8 p.p. na passagem do mês e atingiu o nível dos 55,1%, o maior percentual dos últimos doze meses.

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência representa a porcentagem de famílias com contas em atraso. Após uma sequência de nove variações positivas consecutivas entre outubro de 2022 e junho de 2023, em julho e em agosto, o indicador recuou, mas, voltou a subir em setembro e agora, em outubro. Assim, o percentual de famílias inadimplentes no estado de Santa Catarina é de 30,1%, nível bastante elevado e considerado preocupante. Deve-se destacar que este valor é o terceiro maior do ano (31,3% em junho e 31,0% em julho).

Na análise por faixas de rendimentos observa-se que nas famílias com renda até 10 SM o percentual foi maior, 35,7%, mesmo após um movimento de redução de 0,3 p.p. frente ao de setembro. Por outro lado, nas famílias com renda acima de 10 SM a taxa é menor, 12,2%, mas com variação positiva na passagem do mês de 0,5 p.p. Isso indica que a expansão da inadimplência em Santa Catarina, traz a tona a existência de movimentos díspares.

Caminho semelhante apresentou a taxa de famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso. O índice elevou-se em 0,4 p.p., após o aumento de 1,6 p.p. em setembro, e atingiu o patamar dos 14,5%. O nível é o mais elevado desde junho de 2010 (15,8%) e vale lembrar que em fevereiro de 2020 ele registrou 12,1%. Na comparação entre as faixas de rendas, fica bastante claro que as famílias com menor renda sofrem o maior impacto, chegando a 18,3% dos endividados, aumento de 0,4 p.p. na passagem do mês, enquanto nas mais abastadas o percentual é de 4,6%, 1,0 p.p. a mais do que no mês anterior.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Fev/20	Out/22	Set/23	Out/23		
	Total	Total	Total	Total	até 10 SM	mais de 10 SM
sim, totalmente	20,6%	18,5%	16,5%	16,0%	15,9%	16,7%
sim, em parte	33,9%	47,5%	35,6%	34,9%	31,7%	45,8%
não terá condições de pagar	42,4%	32,5%	47,1%	48,3%	51,4%	37,5%
não sabe	2,8%	1,6%	0,8%	0,8%	1,0%	0,0%
Não respondeu	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	12,1%	6,5%	14,1%	14,5%	18,3%	4,6%

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em outubro foi de 64,9 dias, redução de 0,4 dia frente ao mês anterior. Esse resultado é o menor

desde janeiro de 2023 (63,4 dias). Além disso, o tempo médio em que as dívidas são mantidas em atraso também é inferior ao registrado no período pré-pandemia, em fevereiro de 2020 (66,9 dias). Ademais, há uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que o tempo médio de atraso é menor nas faixas acima de 10 SM (48,1 dias) e mostrou redução na passagem do mês (2,1 dias). Enquanto, para as faixas de até 10 SM as dívidas permanecem atrasadas por mais tempo, 69,7 dias, e há ligeiro crescimento do indicador (0,1 dia).

Em 2023, observou-se um movimento de ampliação do grupo de inadimplentes acima de 90 dias até maio (57,6%), agora, em outubro, o grupo voltou a contrair-se (-2,5 p.p.) representando 54,9% das dívidas, praticamente, o mesmo patamar de março (54,3%). O percentual é inferior ao registrado na pré-pandemia (55,9%). No grupo até 30 dias a queda de -0,8 p.p. o levou a marca dos 25,8%. O único grupo a expandir-se na passagem de mês foi o de 30 a 90 dias, 3,4 p.p., deixando assim a flutuação na casa dos 18% que imperou em boa parte do ano e registrando o nível de 19,3%, abaixo da pré-pandemia (20,8%).

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Fev/20	Out/22	Set/23	Out/23		
	Total	Total	Total	Total	até 10 SM	mais de 10 SM
até 30 dias	22,1%	25,0%	26,6%	25,8%	20,0%	45,8%
de 30 a 90 dias	20,8%	34,1%	15,9%	19,3%	17,6%	25,0%
acima de 90 dias	55,9%	40,5%	57,5%	54,9%	62,4%	29,2%
Não sabe / Não respondeu	1,3%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tempo médio em dias	66,9	60,9	65,3	64,9	69,7	48,1

METODOLOGIA

Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc. Além das fortes implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, não se pode esquecer-se dos efeitos do endividamento sobre o setor real da economia. É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção adversa são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito. É também natural que as famílias em risco de endividamento sejam mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos quando confrontadas com choques adversos. O efeito da diminuição do consumo privado faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB, ou seja, no abrandamento do crescimento econômico.

A importância das consequências do endividamento justifica a relevância dada aos aspectos estatísticos e metodológicos do estudo deste fenômeno, no sentido de assegurar o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial. Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança

estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras freqüências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.